

Luis Felipe Salomão

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

DIREITO PRIVADO

Teoria e Prática

2ª edição

revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S17d

Salomão, Luis Felipe

Direito privado: teoria e prática / Luis Felipe Salomão – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5641-7

1. Direito privado. 2. Direito civil. I. Título.

13-02165

CDU: 347

2.ª ed., 1.ª tir.: jul./2014; 2.ª tir.: set./2014.

SUMÁRIO

.....

Capítulo I – Introdução	1
1. O Superior Tribunal de Justiça e a evolução do direito privado	1
• Direito de família	3
• Direito do consumidor	5
• Direitos de propriedade intelectual	7
• Proteção à liberdade de imprensa	7
• Lei de Recuperação de Empresas	8
• Responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho	8
• Comunicação social	9
• Jurisdição brasileira e imunidade de Estado estrangeiro	9
2. Gestão eficiente do Judiciário.....	11
2.1 Introdução	11
• Planejamento	11
2.2 O Judiciário na democracia	12
• Instalação das Cortes Constitucionais Europeias	12
• Panorama do Judiciário brasileiro após a Constituição de 1988.....	12
• Evolução de recursos distribuídos e julgados (STJ e STF).....	13
2.3 Possíveis soluções	13
• Conciliação, mediação e arbitragem	14
• Capacitação dos juízes e conciliadores.....	14
• Racionalização do sistema recursal e gestão judicial	15
• Orçamento participativo	15
3. Anotações sobre a admissibilidade do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça	17
3.1 Introdução	17
• Princípios fundamentais inerentes aos recursos	17
3.2 Pressupostos subjetivos	17
3.3 Pressupostos objetivos	18
3.3.1 Cabimento	18
• Hipóteses – alíneas “a”, “b” e “c” do inc. III do art. 105, CF...	18

	• Súmulas do STF aplicáveis ao recurso especial	20
3.3.2	Lesividade	21
3.3.3	Tempestividade	21
	• Feriado estadual e municipal – formas de comprovação	21
	• Suspensão de expediente forense – comprovação	24
	• Suspensão de prazos decorrentes de feriado nacional ou lei federal.....	26
	• Comprovação da suspensão dos prazos processuais em momento posterior ao da interposição do recurso	27
	• Diferença entre Justiça Federal e Poder Judiciário Federal....	28
	• Recursos oriundos da Justiça do Distrito Federal e vedação de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau	29
	• Quarta-feira de cinzas – dia útil	30
	• Oposição de embargos de declaração contra a decisão de admissibilidade – não interrupção do prazo para a interposição do agravo	31
3.3.4	Regularidade formal.....	37
	• Lei 12.322/2010 (cabimento de agravo nos próprios autos contra decisão que não admite recurso especial)	37
	• Assinatura eletrônica na petição recursal	39
3.3.5	Preparo	41
	• Conceito e a Lei 11.636/2007 (custas judiciais no Superior Tribunal de Justiça)	41
	• Guia de Recolhimento da União – GRU	42
3.4	Pressupostos específicos do recurso especial.....	48
	• Súmulas relacionadas ao tema	49
3.5	Aplicação do direito à causa	51
	• Impossibilidade de conhecimento <i>ex officio</i> de matéria de ordem pública na instância extraordinária.....	52
3.6	Admissibilidade no caso dos recursos repetitivos.....	53
	• Exposição de motivos da Lei 11.672/2008 (regulamenta o julgamento de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça)	53
	• Competência para julgamento do recurso repetitivo	55
	• Análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial	55
	• Matérias não afetadas ao procedimento dos recursos repetitivos	56
	• Julgados da Corte Especial do STJ	57
	• <i>Amicus curiae</i> no recurso repetitivo	58
3.7	Regras de interpretação e política judiciária, no caso do juízo de admissibilidade do especial	58
	• Proposta de Emenda Constitucional 209/2012 (relevância da questão federal no recurso especial)	58
	• Teoria de Dworkin	59

4.	A Emenda 45/2004 e a competência da Justiça do Trabalho	60
4.1	Introdução	60
4.2	Um breve histórico sobre a evolução da competência da Justiça do Trabalho	60
	• Ampliação da competência da Justiça do Trabalho	61
	• Fundamentos jurídicos, sociológicos e econômicos	62
4.3	A competência material da Justiça do Trabalho no STF e no STJ	64
4.4	A EC 45/2004 e as questões sindicais	65
4.5	A EC 45/2004 e a Súmula 363 do STJ (competência da Justiça Estadual na ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente) ...	66
4.6	As ações de cobrança de honorários advocatícios contratuais ajuizadas por advogados vinculados a sindicatos em desfavor do trabalhador	67
	• OJ 305, da SDI-I, e a Súmula 219/TST (requisitos e hipótese de cabimento de honorários advocatícios)	67
	• Relação de trabalho em sentido amplo e a competência da Justiça do Trabalho	68
4.7	As ações indenizatórias ajuizadas por empregado em face do empregador, objetivando o ressarcimento do valor gasto a título de honorários contratuais para a propositura de reclamatória trabalhista julgada procedente	70
	• Dano material e moral decorrente da relação laboral e a amplitude da competência da Justiça do Trabalho	71
4.8	Conclusão	74
5.	Sistema de Juizados Especiais Brasileiros e formas alternativas à jurisdição	75
5.1	Anotações sobre o tema do acesso à Justiça	75
	• Estados liberais burgueses, sociedade ocidental e <i>class actions</i> do direito americano	75
	• Problemas da estrutura do Judiciário	77
	• Soluções alternativas à jurisdição e a mediação no Canadá e na França ...	77
	• Anteprojeto da Lei de Arbitragem e de Mediação	78
5.2	Juizados Especiais Brasileiros	79
	• Histórico da criação	79
	• Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal	84
5.3	Os Juizados Especiais no direito comparado	85
6.	A Constituição de 1988 e a formação do juiz brasileiro	88
6.1	Introdução	88
6.2	Acesso à Justiça no Brasil	88
6.3	Formas de seleção da magistratura	89
6.3.1	A função judicial	89

• Prevalência da Justiça privada enquanto inexistente o Estado organizado	89
• Surgimento efetivo do Estado e a jurisdição	90
6.3.2 A independência dos juízes	90
• EUA, França e Brasil	90
6.3.3 Formas de recrutamento no mundo	91
• Brasil, Alemanha, França, Portugal e Espanha	92
6.4 A preparação e formação dos juízes no Brasil	94
6.4.1 Introdução	94
6.4.2 Perfil de ingresso na magistratura brasileira	95
• Pesquisas e o fenômeno da juvenilização	95
• Sistema da <i>commom law</i> (EUA e Inglaterra)	96
• Pesquisa do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e da Associação dos Magistrados Brasileiros	96
6.4.3 As Escolas de Magistratura no Brasil	97
• Pesquisa acerca das Escolas de Magistratura existentes no Brasil	97
6.5 A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).....	98
6.5.1 Histórico	98
6.5.2 A criação da Enfam.....	98
• EC 45/2004	98
• Objetivos	99
• Cursos a distância	101
6.6 Conclusão.....	101
Capítulo II – Contratos bancários – Aspectos gerais	103
1. Introdução	103
• Evolução do direito comercial.....	103
2. Uma breve visão do sistema financeiro.....	105
2.1 Resumo histórico da atividade bancária	105
2.2 Finalidade dos bancos	107
• Sistema Financeiro Nacional	107
• Evolução do sistema bancário.....	107
2.3 Operações bancárias.....	108
• Principais contratos bancários	108
2.4 Incidência do CDC.....	109
• Contrato de mútuo	109
• Súmula 297/STJ (aplicação do CDC às instituições financeiras)	110

2.5	Novação	112
	• Súmulas 286/STJ (possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores renegociados) e 300/STJ (executividade do instrumento de confissão de dívida)	112
2.6	Capitalização.....	116
	• Evolução dos juros capitalizados no Brasil.....	117
	• Clareza e transparência das disposições contratuais	126
3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre contratos bancários.....	129
4.	Jurisprudência bancária	131
4.1	Diversos temas de bancário	138
4.1.1	Incidência do CDC.....	138
4.1.2	Julgamento e declaração de nulidade de cláusulas de ofício	138
4.1.3	Juros remuneratórios – Limitação tão só pelo fato de ultrapassar 12% ao ano	139
4.1.4	Juros remuneratórios e Taxa Selic	140
4.1.5	Juros remuneratórios – Ausência de previsão contratual da taxa de juros ou no caso de não apresentação do contrato	140
4.1.6	Juros remuneratórios – Acórdão que limita a taxa de juros à média de mercado – Afastamento no REsp.....	141
4.1.7	Juros remuneratórios – Acórdão que comprova a abusividade	141
4.1.8	Juros moratórios	141
4.1.9	Capitalização mensal dos juros	142
	a) Quando a sentença e/ou o acórdão não informa(m) acerca da pactuação da capitalização mensal	142
	b) Quando o acórdão afirma que a capitalização não está pactuada.....	142
	c) Capitalização de juros – Acórdão assentado em fundamento constitucional – Incidência da Súmula 126/STJ	143
	d) Quando o acórdão recorrido, apesar de entender que não há pactuação da capitalização, informa a taxa de juros mensal e a taxa de juros anual, sendo esta última superior ao duodécuplo da taxa mensal.....	143
4.1.10	Comissão de permanência	144
	a) Para o caso em que os juros e multa moratórios tenham sido concedidos pelo juiz de primeiro grau/tribunal de origem e o banco não tenha recorrido a respeito.....	144
	b) Para os casos em que não houve trânsito em julgado dos demais encargos moratórios ou quando os encargos moratórios tenham sido afastados de ofício pelo tribunal de segunda instância, o que é cassado por este STJ, situação em que não se pode colocar a matriz acima (pois não houve trânsito em julgado	

	do tema), devendo-se conceder a comissão, em detrimento dos demais encargos	144
4.1.11	Multa moratória	145
	a) Contratos celebrados após a vigência da Lei 9.298/1996.....	145
	b) Contratos celebrados antes da vigência da Lei 9.298/1996..	145
	c) Quando o acórdão não menciona a data do contrato	146
4.1.12	Correção monetária pela TR.....	146
4.1.13	Compensação e repetição de indébito	147
4.1.14	Impossibilidade de devolução em dobro do indébito se não demonstrada a má-fé	148
4.1.15	Tarifas de abertura de crédito e de emissão de carnê (TAC e TEC) – Não comprovação de abusividade	148
4.1.16	IOF parcelado	149
4.1.17	Inscrição do nome do devedor nos órgãos de proteção ao consumidor.....	150
	a) Antes de discutido o mérito sobre a caracterização ou não da mora.....	150
	b) Quando já houve a resolução do mérito quanto à caracterização da mora	150
	c) Quando já houve a resolução do mérito quanto à descaracterização da mora	151
4.1.18	Caracterização da mora do devedor	151
	a) Quando reconhecida a não abusividade da taxa de juros remuneratórios e não tenha sido discutida no acórdão a questão da capitalização de juros	151
	b) Quando reconhecida a não abusividade da taxa de juros remuneratórios, e tenha o Tribunal de origem afastado a capitalização de juros (seja mensal e/ou anual), questão essa não conhecida pelo STJ.....	152
	c) Quando reconhecida a não abusividade da taxa de juros remuneratórios e da capitalização de juros anual	152
4.1.19	Manutenção de posse do bem.....	153
	a) Quando caracterizada a mora do devedor e a busca e apreensão do bem não tiver sido requerida em ação própria	153
	b) Quando descaracterizada a mora do devedor e a busca e apreensão do bem não tiver sido requerida em ação própria....	154
	c) Quando caracterizada a mora do devedor e o mérito da ação de busca e apreensão proposta pelo Banco tiver sido julgado ..	154
	d) Quando a ação de busca e apreensão proposta pelo Banco tiver sido julgada extinta, sem julgamento do mérito.....	155
4.1.20	Alienação fiduciária – Busca e apreensão.....	155
	a) Purgação da mora – Não cabimento. Necessidade de pagamento da integralidade do débito para reaver o bem	155

b)	Notificação extrajudicial realizada por cartório de títulos e documentos localizado em comarca diversa. Possibilidade.....	156
c)	Busca e apreensão transformada em ação de depósito. Impossibilidade de apreensão do bem em razão de furto do veículo alienado fiduciariamente. Prosseguimento da cobrança do débito nos próprios autos da ação de depósito	156
d)	Busca e apreensão. Desaparecimento do bem (ex. Furto). Conversão em ação de depósito. Impossibilidade de apreensão do bem em razão de furto do veículo alienado fiduciariamente. Prosseguimento da cobrança do débito nos próprios autos da ação de depósito. Significado da expressão “equivalente em dinheiro”	157
e)	Busca e apreensão. Protesto por edital para constituir o devedor em mora	157
4.1.21	Cláusula-mandato.....	157
4.1.22	Arrendamento mercantil – <i>Leasing</i>	158
a)	VRG – Cobrança antecipada, não descaracterização do contrato de arrendamento mercantil.....	158
b)	Variação cambial – Reajuste prestações – Imprevisão.....	158
4.1.23	Tarifas bancárias	159
4.1.24	Compensação de honorários.....	160
4.1.25	Violação dos arts. 17 e 18 do CPC: litigância de má-fé.....	160
4.1.26	Cartão de crédito.....	161
a)	Juros remuneratórios	161
b)	Cláusula-mandato em cartão de crédito.....	161
4.1.27	Exibição de documentos	162
a)	Multa cominatória – Não cabimento	162
b)	Presunção de veracidade – Art. 359 do CPC.....	162
4.1.28	Cédula de crédito bancário – Exequibilidade – É título executivo extrajudicial.....	162
4.1.29	Desconto em folha de pagamento.....	163
a)	Supressão unilateral – Impossibilidade – Legalidade do desconto em folha	163
b)	Limitação em 30% – Servidor público municipal/estadual do Rio Grande do Sul	163
4.1.30	Cédulas de crédito comercial, industrial ou rural – Não usar para cédula de crédito bancário.....	164
a)	Capitalização mensal de juros remuneratórios – Se houver manifestação do acórdão acerca da expressa pactuação.....	164
b)	Capitalização mensal de juros remuneratórios – Quando não apresentadas as cédulas ou o acórdão não se manifestar sobre a pactuação de capitalização	164

c) Limitação dos juros remuneratórios.....	165
d) Comissão de permanência – Impossibilidade em cédulas de crédito.....	166
e) Juros de mora – Limitação de 1% ao ano.....	166
4.2 Recursos repetitivos.....	166
• Cadernetas de poupança – Planos Econômicos – Expurgos inflacionários – Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II – Legitimidade passiva <i>ad causam</i> – Prescrição – Índices de correção	167
• Contratos bancário sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor – Comissão de Permanência	168
• Ação revisional de cláusulas de contrato bancário – Juros remuneratórios – Inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes – Configuração da mora – Juros moratórios.....	169
• Inscrição em cadastro de proteção ao crédito sem prévia notificação – Legitimidade passiva do órgão mantenedor do cadastro restritivo....	170
• Ação cautelar de exibição de documentos – Presunção de veracidade	171
• Inscrição em cadastro de proteção ao crédito sem prévia notificação – Dano moral reconhecido, salvo quando já existente inscrição desabonadora regularmente realizada.....	172
• Inscrição em cadastro de proteção ao crédito – Prévia notificação – Desnecessidade de postagem da correspondência ao consumidor com aviso de recebimento.....	172
• Ação revisional de cláusulas de contrato bancário – Contrato que não prevê o percentual de juros remuneratórios a ser observado	173
• Consórcio – Desistência – Devolução das parcelas pagas pelo consorciado	174
• Responsabilidade objetiva das instituições bancárias por danos causados por fraudes e delitos praticados por terceiros – Fortuito interno – Risco do empreendimento	174
• Ação de prestação de contas – Prazo decadencial – Art. 26 do CDC....	174
• Consórcio – Taxa de administração.....	175
• Capitalização de juros – Juros compostos – Decreto 22.626/1933 e Medida Provisória 2.170-36/2001.....	175
• Ação Civil Pública – Apadeco x Banestado – Expurgos inflacionários – Alcance subjetivo da sentença coletiva.....	176
• Ação Civil Pública – Apadeco x Banestado – Expurgos inflacionários – Execução/liquidação individual – Foro competente – Alcance objetivo e subjetivo dos efeitos da sentença coletiva – Limitação territorial	177
• Exibição dos extratos bancários – Inversão do ônus da prova em favor da correntista – Obrigação decorrente de lei – Condicionamento ou recusa – Demonstração de indícios mínimos da existência da contratação.....	177

Capítulo III – O contrato de transporte à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	179
1. Introdução, conceito e legislação aplicável.....	179
• Características e espécies.....	179
• Legislação aplicável.....	182
2. A competência da segunda seção do Superior Tribunal de Justiça para julgamento da matéria e uma breve observação sobre a segurança jurídica.....	184
3. O sistema de proteção ao usuário de serviços de transporte e o Código de Defesa do Consumidor.....	185
• Responsabilidade do transportador e as excludentes de responsabilidade... ..	185
4. A responsabilidade civil nos casos de transporte – Teoria do fato da coisa e responsabilidade por ato de terceiro.....	187
• Responsabilidade do empregador por ato do preposto.....	189
• Guarda da coisa.....	193
5. Análise de casos julgados a partir da aplicação dos princípios do Código de Defesa do Consumidor.....	194
5.1 Princípios da vulnerabilidade, transparência, informação e segurança... ..	194
• Transporte de valores.....	195
• Responsabilidade da concessionária por acidente em passagem de nível.....	195
• Explosão acarretada por fogos de artifícios trazidos por uma passageira – responsabilidade da empresa do ônibus.....	196
5.2 Princípios do equilíbrio na prestação e da reparação integral do consumidor.....	197
• Acidente de trânsito – transporte escolar – morte de criança – responsabilidade solidária do transportador e da instituição de ensino.....	197
• Extravio de bagagem.....	198
• <i>Overbooking</i> e atraso de viagem.....	199
• Culpa concorrente – contribuição da vítima para o fato.....	200
• Acidente – passageiro que pula de ônibus desgovernado e vem a falecer – nexo de causalidade.....	200
5.3 Princípios da solidariedade, interpretação mais favorável ao consumidor, boa-fé objetiva, equidade e reparação objetiva.....	201
• Contrato de transporte de mercadoria – desvio da carga – indenização – ação regressiva – seguradora – sub-rogação.....	201
• Seguradora litisdenunciada em ação de reparação de danos movida em face do segurado – condenação direta e solidária.....	202
• Ação de reparação de danos ajuizada direta e exclusivamente em face da seguradora do suposto causador – descabimento.....	202
• Responsabilidade da empresa de ônibus – dano causado por terceiro.....	203

• Responsabilidade civil – estado de necessidade – ônibus – freada que provoca queda de passageiro	203
• Responsabilidade civil – ente municipal – transporte escolar – inovação do roteiro – morte	204
• Transporte de ônibus – bagagem – interrupção de viagem – culpa da empresa	204
5.4 Fase de realização da prova dos lucros cessantes	204
5.5 Transporte de carga e as excludentes de responsabilidade do transportador.....	205
• Roubo de carga	206
• Fato de terceiro que arremessa pedra no ônibus e fere passageiro	208
• Disparo de arma de fogo efetuada por um do passageiros do coletivo e assalto a mão armada	208
• Motorista de ônibus – pacto com os assaltantes – responsabilidade ...	208
5.6 Valor do dano moral	209
5.7 Facilitação do acesso à justiça e o Termo de Ajustamento de Conduta ...	209
5.8 Inversão do ônus da prova e os honorários periciais	210

Capítulo IV – O Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	211
1. Conceito de consumidor e fornecedor	211
• Destinatário final	211
• Consumidor por equiparação	213
• Acidentes de consumo	215
• Conceito de fornecedor	217
2. Vícios e defeitos do serviço e do produto	218
• Responsabilidade civil – pressupostos	218
• Conceito de vício e defeito do produto	220
• Distinção do conceito de fato do produto e vício por inadequação	221
• Distinção entre fato do produto e vício do produto	221
• Defeitos do produto	223
• Defeitos de concepção e de produção.....	223
• Vício de insegurança	224
• Produtos de vício inerente	224
3. Prazos de decadência ou garantia	224
• Contrato de empreitada	224
• Ausência de prazo legal de garantia e surgimento do defeito depois de expirada a garantia.....	225
• Vício intrínseco do produto	226
• Obsolescência programada	227

4.	Dever de informação	227
	• Vulnerabilidade fática e jurídica do consumidor	228
	• Necessidade de clareza das disposições contratuais	228
5.	Cláusulas abusivas	230
	• Interpretação teleológica e finalística do CDC	230
6.	As ações civis públicas como instrumento eficaz para a defesa do consumidor ...	232
	• Tutela dos direitos individuais homogêneos dos consumidores	232
6.1	Legitimação do Ministério Público	234
	• Distinção entre os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	235
6.2	Outros legitimados	236
	• Legitimação das associações	236
	• Grupos sociais de fato	237
6.3	Foro competente para liquidação e execução individual	240
	• Análise do veto do art. 97, parágrafo único, CDC	241
	• Execução individual e coletiva de sentença coletiva	245
	• Coisa julgada e competência territorial – art. 16, LACP	250
6.4	Alcance subjetivo da sentença proferida em ação civil pública	256
7.	Súmulas do STJ sobre Direito do Consumidor	260
8.	Casos concretos	261
8.1	Aplicação retroativa do CDC	261
8.2	Incidência do CDC	262
	• Casos de não incidência	262
	• Centros acadêmicos e a legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos individuais homogêneos	263
8.3	Vulnerabilidade e acesso do consumidor à justiça	263
	• Contratos de seguro	264
	• Planos de saúde	264
	• Inversão do ônus da prova em ação coletiva	265
8.4	Princípios da transparência e informação	265
	• Relação médico-paciente	266
	• Responsabilidade civil do médico e a não obtenção do consentimento informado do paciente	266
	• Práticas comerciais	267
	• Contratos de seguro	268
8.5	Segurança para o consumidor	268
	• Vício de qualidade na prestação do serviço e morte de menor no estacionamento de <i>Shopping Center</i>	268
	• Envio de mensagens eletrônicas indesejáveis (SPAM)	269

	• Responsabilidade civil das instituições financeiras por danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros	270
	• Planos de saúde e tempo de internação do segurado	270
8.6	Equilíbrio na relação contratual	271
	• Contrato de arrendamento mercantil para aquisição de veículo e teoria do adimplemento substancial	271
8.7	Reparação integral e solidariedade	272
	• Responsabilidade do chefe da equipe médica e do anestesista	273
	• Recusa injustificada de Plano de Saúde para cobertura de procedimento médico a associado	274
	• Responsabilidade entre o hotel, que não sinaliza a profundidade da piscina, e a agência de turismo, que forneceu o pacote turístico	274
	• Responsabilidade entre fabricante e a concessionária por defeito de fábrica em automóvel novo	274
8.8	Interpretação favorável ao consumidor e boa-fé objetiva	275
	• Contrato de seguro de vida e operadora de plano de saúde	276
	• Rescisão de promessa de compra e venda de imóvel, por culpa exclusiva da construtora/incorporadora, e a restituição das parcelas ...	276
	• Contrato de seguro de veículo automotor e as declarações no questionário de risco	277
	• Renovação ininterrupta de contrato de seguro de vida e a pretensão da seguradora de modificar as condições do seguro	278
	• Contrato de seguro de vida e suicídio cometido dentro do prazo previsto de dois anos de início de vigência da apólice	278
	• Bilhete de loteria	279
8.9	Responsabilidade objetiva	280
	• Acidentes em estrada provocados por animais na pista	280
	• Responsabilidade do hospital por dano causado ao paciente-consumidor	281
	• Inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito ..	282
8.10	Onerosidade excessiva	283
	• Promessa de compra e venda de imóvel em construção e a incidência de juros compensatórios antes da entrega das chaves do imóvel	283
	• Contratos de arrendamento mercantil com reajuste pela variação cambial	284
8.11	Conceito de consumidor	285
	• Destinatário final e consumidor por equiparação	285
8.12	Conceito de fornecedor e defeito do produto	286
8.13	Fato do serviço	288
	• Assalto no estacionamento de hipermercado e <i>shopping center</i>	288
8.14	Vício do produto	289
	• Compra de veículo novo com defeito de fábrica	289
8.15	Vício do serviço	289

• Extravio de bagagens	290
8.16 Excludentes de responsabilidade	290
• Caso fortuito e força maior	290
8.17 Prescrição e decadência	291
Capítulo V – Responsabilidade civil médica	295
1. Introdução	295
• Evolução histórica	295
2. Responsabilidade civil médica	296
• Conceito	296
• Definição de ato médico	296
2.1 Pressupostos genéricos da responsabilidade civil	297
2.2 Responsabilidade contratual e extracontratual	300
• Diferença entre as duas espécies de responsabilidade	300
• Anamnese, diagnóstico e tratamento	302
• Erro de diagnóstico	306
2.3 Natureza jurídica da obrigação e teoria da culpa	307
• Obrigação de meio e de resultado	307
• Análise da culpa e do dolo na responsabilidade do médico	308
• Cirurgia plástica estética	317
2.4 Teorias importantes acerca da culpa médica	318
a) <i>Res ipsa loquitur</i> : a coisa fala por si mesma	318
b) Perda de uma chance	319
c) Consentimento informado	320
d) Guarda da coisa perigosa	321
2.5 Diferença entre a responsabilidade dos profissionais médicos e estabelecimentos hospitalares	321
2.6 Excludentes de responsabilidade	325
• Quebra do nexo de causalidade	325
• Caso fortuito ou força maior e culpa exclusiva do paciente ou de terceiro	326
• Exercício regular de um dever médico	327
• Código de Defesa do Consumidor e o caso fortuito ou força maior	330
3. Análise de casos concretos	332
3.1 Prescrição da ação indenizatória	333
3.2 Competência e inversão do ônus da prova	333
3.3 Culpa do médico e Súmula 07/STJ	334
3.4 Ausência de consentimento informado e responsabilidade solidária do hospital	334

3.5	Prótese mamária de silicone e dano moral.....	335
3.6	Lipoaspiração e dano material, moral e estético	335
3.7	Cirurgia estética e o dever de informação	335
3.8	Responsabilidade do anestesista.....	336
3.9	Responsabilidade do hospital e atendimento de emergência por médico sem vínculo empregatício	337
3.10	Responsabilidade do hospital e infecção hospitalar	338
3.11	Inexistência de vínculo empregatício entre cooperativa médica e o profissional a ela associado e a responsabilidade do plano de saúde pela qualidade do atendimento prestado	338
3.12	Falha nos serviços hospitalares a recém-nascido	339
3.13	Responsabilidade civil do médico sem vínculo com o hospital.....	340
3.14	Recusa ou demora injustificada de Plano de Saúde e dano moral.....	341
3.15	Cláusula de limitação de internação do segurado e Plano de Saúde ...	342
Capítulo VI – Responsabilidade civil no âmbito da comunicação social.....		343
1.	Introdução	343
	• Evolução histórica do dano moral	343
	• Evolução no âmbito constitucional brasileiro	347
	• Natureza jurídica	347
2.	Justiça e imprensa – Uma saga siamesa.....	348
	• Qualidade da produção dos meios de comunicação	350
3.	Formas de resolução dos conflitos aparentes.....	350
4.	A responsabilidade civil dos jornalistas e das fontes.....	351
	• Veracidade da informação	351
	• Direito ao segredo da desonra	351
	• A comunicação social e a CF/88	358
	• A comunicação social e o direito infraconstitucional	362
	• Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	363
	• Direito à imagem.....	364
	• Utilização da imagem, sem autorização, para fins comerciais	366
5.	Estudo de casos	369
	5.1 Importância do momento histórico na análise do dano moral	369
	5.2 Veracidade objetiva da informação, direito à honra e pessoas públicas	370
	5.3 Direito de imagem e a divulgação da informação	376
	5.4 Direito de informar, interesse social e princípio da razoabilidade dos meios e da forma de divulgação	378
	5.5 Indenização por ofensas jornalísticas	383

Capítulo VII – A reparação do dano moral no direito brasileiro	387
1. Introdução	387
2. A questão da legitimidade para postular dano moral	388
2.1 Breve histórico sobre o direito de herança e ordem da vocação hereditária	388
• Direito de herança na Grécia e Roma antigas.....	388
• Teoria sobre a principiologia da sucessão legítima e da ordem de vocação hereditária	389
2.2 Ausência de regra específica quanto à legitimidade para a ação de reparação do dano moral no direito brasileiro	390
• Indenização por dano moral em razão de morte e a questão da prova do sofrimento	391
• Integração hermenêutica do juiz	393
2.3 A aplicação da analogia	394
3. A indenização para o “núcleo familiar”	395
• Situações peculiares no arbitramento da indenização de forma global	396
4. O dano moral e a pessoa jurídica	397
• Titularidade dos direitos fundamentais por pessoas jurídicas	397
• Titularidade dos direitos fundamentais por pessoa jurídica de direito público	398
• Súmula 227/STJ (a pessoa jurídica pode sofrer dano moral)	402
5. O dano moral e o direito ao esquecimento	402
5.1 Breve introdução sobre responsabilidade por matérias jornalísticas	402
5.2 O direito ao esquecimento na <i>internet</i>	403
• Direito comparado	404
5.3 O direito ao esquecimento e a televisão	405
• Recentes precedentes do STJ	407
• Ponderação de valores constitucionais e a dignidade da pessoa humana	408
• Suposto comprometimento da historicidade de um tempo com o acolhimento do direito ao esquecimento	409
• Papel do jornalismo policial	411
• Interesse público x interesse do público	412
• Prescrição e o direito ao respeito à vida privada	413
• Jurisprudência de direito comparado	413
• Direito ao esquecimento no direito civil, do consumidor e penal	415
• Direito de informação e o direito ao esquecimento dos condenados e dos absolvidos em processo criminal	417
6. Estudo de casos	418

6.1	Contratos bancários. Cabimento da indenização por dano moral diante da inscrição indevida em cadastros de inadimplentes.....	418
6.2	Transporte. Acidente ferroviário com vítima fatal	419
6.3	Direito do consumidor. Vício do produto. Objeto metálico encontrado em alimento para consumo. Cabimento do dano moral	420
6.4	Estatuto do torcedor. Erro de arbitragem em partida de futebol. Dano moral negado	421
6.5	Advogado que perdeu prazo por demora dos correios. Responsabilidade do prestador de serviços	422
6.6	Cirurgia plástica. Dano moral cumulado com dano estético.....	423
6.7	Direito à imagem. Divulgação de fotografia sem autorização	424
6.8	Responsabilidade civil do provedor de pesquisa na <i>internet</i> (vide também o REsp 1.306.157).....	424
6.9	Abandono afetivo. Indenização por dano moral para o filho	425
6.10	Adultério. Ação ajuizada pelo marido traído contra o amante de sua ex-esposa.....	426
6.11	Legitimidade para o dano moral.....	427
6.12	Indenização para o núcleo familiar.....	428
 Capítulo VIII – Posse e propriedade.....		431
1.	Introdução – Um pouco de história	431
	• Lei das XII Tábuas	431
	• Idade Média	432
	• Direito inglês	432
	• Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	432
	• Código de Napoleão	432
	• Declaração Universal dos Direitos Humanos	433
	• Constituição Federal de 1988.....	433
	• Função social da posse e da propriedade	433
2.	Direito das coisas e direitos reais	435
	• Definição e classificação dos direitos reais	435
3.	A posse	436
3.1	Conceito e teorias	436
3.2	Detenção	439
3.3	Classificação da posse	442
	a) posse direta e indireta.....	442
	b) composses.....	442
	c) posse justa e injusta.....	443
	d) posse de boa ou má-fé	443

3.4	Aquisição da posse	444
	• Originária e derivada	444
	• Posse de bem público	444
	• Bens pertencentes a sociedades de economia mista	444
	• Tradição	445
	• Constituto possessório	445
3.5	Efeitos da posse	446
	• Interditos ou ações possessórias	446
	a) cumulação de pedidos	447
	b) natureza dúplice	448
	c) discussão de posse e domínio	448
	d) ações de força nova e velha	450
	e) ações possessórias e o “constituto”	451
	f) ações possessórias e o direito autoral	452
	g) ações possessórias e o <i>leasing</i>	452
	h) natureza petitória da ação de imissão na posse	453
	i) indenização por benfeitorias e direito de retenção	455
3.6	Da perda da posse	458
4.	A propriedade	459
4.1	Breve histórico sobre a propriedade no Brasil	459
	• Sesmarias e ocupações primárias	459
	• Lei de Terras	460
4.2.	Conceito	460
	• Ação reivindicatória	460
	• Elementos da ação reivindicatória	462
	• Prova da propriedade de coisa imóvel	463
	• Propriedade de solo	463
	• Frutos	464
4.3	Aquisição da propriedade móvel e imóvel	464
	• Diferença entre aquisição originária e derivada de direitos	464
	• Forma de transferência da propriedade móvel e imóvel	465
	• Duplicidade de registro imobiliário	466
	• Ocupação, achado do tesouro, especificação, confusão, comistão e adjunção	466
	• Acesso	467
	• Transmissão <i>causa mortis</i>	467
4.3.1	Da usucapião	467
	a) conceito e origem	467
	b) posse que enseja usucapião	468

	c) Legitimidade para adquirir por usucapião.....	468
	d) requisitos (justo título e boa-fé) e modalidades da usucapião	470
	e) usucapião de bens imóveis	472
	f) natureza jurídica da sentença.....	473
	g) Questões processuais (citação para interrupção do prazo e complementação do tempo ocorrido no curso da ação de usucapião)	474
	h) usucapião de bem móvel.....	475
4.4	Perda da propriedade móvel e imóvel	477
4.5	Dos direitos de vizinhança	478
	• Conceito e modalidades	478
	• Parâmetros para solução de questões relativas aos direitos de vizinhança quanto ao uso anormal da propriedade	481
	• Direitos de vizinhança e servidões na doutrina	484
4.6	Ações judiciais decorrentes da propriedade	485
4.6.1	Ação demarcatória	485
	• Conceito	485
	• Necessidade de prova documental	486
4.6.2	Ação de nunciação de obra nova e ação demolitória	487
	• Diferença entre as ações	487
	• Julgados sobre o cabimento das ações e possibilidade de sua conversão	488
	• Momento da conclusão da obra	489
	• Interesse e legitimidade	490
	• Foro competente.....	491
4.7	Do condomínio	492
4.7.1	Conceito	492
4.7.2	Tipos (geral e edilício)	492
	• Conceito e distinção	492
	• Normas específicas em condomínio edilício	494
4.7.3	Casos concretos	497
	a) Condomínio geral.....	497
	• Pagamento de aluguel proporcional a condômino-herdeiro em virtude de uso exclusivo de bem imóvel por outro herdeiro..	497
	• Direito de indenização devida por ex-cônjuge a outro que estiver na posse e uso exclusivo de bem comum, enquanto não operada a partilha.....	498
	• Legitimidade de co-herdeiro reivindicar a coisa comum que esteja indevidamente em poder de terceiros, independentemente de litisconsórcio	499

• Impossibilidade de um condômino ajuizar ação possessória contra outro condômino.....	500
• Faculdade conferida a coproprietário para pleitear a restituição integral de valor recolhido indevidamente em repetição de indébito tributário.....	500
• Natureza jurídica da sentença de dissolução de condomínio	501
• Necessidade de ação de divisão – e não de nova partilha – quando os bens do casal foram partilhados em regime de condomínio	501
• Nulidade do processo divisório quando não são convocados todos os condôminos.....	501
• Direito de condômino de bem imóvel indivisível promover a extinção do condomínio por meio de alienação judicial, ainda que haja a aquisição, por arrecadação de herança jacente, de parte ideal do imóvel por pessoa jurídica de direito público	502
b) Condomínio edilício.....	502
• Impossibilidade de suspensão de uso de serviços essenciais – no caso, de elevadores – quanto a condômino que se encontra inadimplente	502
• Impossibilidade de se impedir o direito de voto em assembleia quanto a condômino proprietário de várias unidades autônomas e que se encontra inadimplente em relação a apenas alguma delas	503
• Inviabilidade de condômino invocar a exceção de contrato não cumprido para deixar de pagar as taxas condominiais .	504
• Exclusão de vaga de garagem com matrícula própria no Registro de Imóveis no conceito de bem de família para fins de penhora.....	504
• Ilegitimidade do condomínio para pleitear indenização por danos morais em nome dos condôminos	504
• Legitimidade dos sucessores para impugnar crédito tributário em caso de alienação de imóvel desmembrado em unidades autônomas; natureza do condomínio edifício.....	505
• Taxas condominiais	506
• Taxas condominiais na promessa de compra e venda.....	507
• Taxas condominiais e imóvel adquirido em arrematação	508
• Taxas condominiais em condomínios irregulares	510
• Loteamento regular e irregular, aberto ou fechado, e condomínio de fato e de direito	510
5. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre posse e propriedade	513

Capítulo IX – Propriedade intelectual	515
1. Introdução	515
• Competência interna no Superior Tribunal de Justiça	515
2. Aspectos preliminares	515
• Nova concepção do direito privado e direito público	515
• Constitucionalização no direito civil e a função social do direito autoral	518
• Aspectos culturais e a proteção do direito autoral	524
• Interesse coletivo e a função social das emissoras de radiodifusão	525
3. Criação da escola nacional de formação e aperfeiçoamento de juízes	527
4. O recurso especial – Função precípua	528
• Pressupostos gerais e específicos do recurso especial	528
• Efeito translativo temperado no recurso especial	529
• Recurso especial representativo de controvérsia	529
5. Competência especializada no campo da propriedade intelectual	530
6. Aspectos gerais sobre propriedade intelectual e súmulas do Superior Tribunal de Justiça	531
• Legislação aplicável à defesa da propriedade intelectual	532
7. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre propriedade intelectual	535
• Súmula 63/STJ e a incidência do direito autoral no lucro indireto	535
• Poder Público e a incidência dos direitos autorais	536
• Direito autoral – captação e divulgação de música por rádio – estabelecimento comercial modesto	536
• Direito autoral – Art. 109 da Lei 9.610/1998 – Incidência da multa quando há má-fé	536
• Direito autoral – Desfecho antecipado de novela por publicação em revista ...	537
• Locutor/apresentador de programas – Direitos conexos ao direito autoral – Reexibição/retransmissão de documentários	538
• Direito autoral – Gravação indevida de canção em CD – Análise da responsabilidade do produtor e da empresa que foi contratada para a confecção da mídia	538
• Cobrança dos direitos autorais – Desnecessidade de indicação de obras tidas por violadas	539
• Charges publicadas em jornal – Critérios de indenização dos danos patrimoniais suportados pelo autor que teve a obra artística publicada sem autorização	539
• Direito autoral – Utilização de obras musicais em espetáculos carnavalescos gratuitos promovidos pela municipalidade	540

• Direitos autorais – Culto religioso – Execuções musicais e sonorizações ambientais – Evento realizado em escola, sem fins lucrativos, com entrada gratuita e finalidade exclusivamente religiosa	542
• Incidência dos direitos autorais em quartos de hotel, quando a disponibilidade aos hóspedes é de “TV aberta”, exceto no caso de TV e rádio por assinatura	542
• Direito autoral – Reprodução de programas gravados – Atividade lícita – Caráter abusivo da notificação a clientes que adquiriram o serviço de radio-difusão – Dano moral	543
• Proteção ao direito autoral de <i>software</i> – Pirataria – Meios de prova.....	544
• Obra em logradouro público – Reprodução sem autorização	545
• Direito de sequência aos herdeiros	546
• Dano moral – Publicidade inverídica – <i>Software</i>	547
• Ação de nulidade de registro de marca – Repetição de depósito antes de caducado o prazo original	547
• Uso de pseudônimo – Tiririca	548
• Marca protegida para o seguimento de serviços jurídicos e que, posteriormente, vem a ser utilizada por outra sociedade de advogados cujos sócios pertencem à família – Ponderação dos valores envolvidos e necessidade de bem diferenciar os prestadores de serviço no mercado	549
• Propriedade industrial – Colisão de marcas – Registro concedido sem exclusividade do uso dos elementos nominativos – Convivência de marcas ...	550
• Propriedade industrial – Conflito entre nome fantasia e nome empresarial – Registro de marca superveniente – Vocábulo de uso comum	550
• Registro de marca de idioma estrangeiro – Nome suficientemente distintivo	551
• Marca – Caducidade – Efeitos prospectivos (<i>ex nunc</i>) – Finalidade da lei	552
• Direito de marcas – Importação paralela de produtos originais sem o consentimento do titular da marca no Brasil – Concorrência desleal.....	553
• Marca – Uso sem a anuência do titular – Concorrência desleal – Reconhecimento da violação do direito de propriedade industrial – Importação paralela e recondição dos produtos sem a anuência do titular da marca	554
• Ação de abstenção do uso de nome comercial – Prescrição – Matéria controvertida	555
• Ação de abstenção de uso de marca cumulada com indenização – Foro competente	556
• Patente <i>pipeline</i>	556

Capítulo X – O Superior Tribunal de Justiça e o direito de família

1. Introdução ao direito de família, histórico do casamento, o atual poliformismo familiar e o papel do Judiciário.....	559
• O regramento do casamento antes da República	560
• Casamento civil – Após o Decreto 181/1890	560

• Código Civil de 1916 e a “família legítima”	561
• Evolução histórica do direito de família nas Constituições	562
• Constituição de 1988 e a nova fase do direito de família	563
• Casamento e união estável – Distinções	564
• Papel do Judiciário e a legitimação democrática	566
2. Evolução da união estável	571
• Legislação acidentária e Lei de Registros Públicos	571
• Concubinato e união estável na CF/1988.....	572
3. O direito de família no âmbito do Superior Tribunal de Justiça	575
3.1 Quanto ao conceito de família	575
3.2 Casamento, união estável e a retroatividade das leis que regem a espécie	575
• Relação concubinária, paralela a casamento válido, não pode ser reconhecida como união estável, salvo se configurada separação de fato ou judicial entre os cônjuges	576
• Direito da companheira à partilha de bens e da concubina em comprovar a existência de sociedade de fato	576
• Patrimônio e esforço comum – Leis 8.971/1994 (regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão) e 9.278/1996 (regula a união estável)	578
• Soluções jurídicas para o período anterior ao instituto da união estável	584
• Analogia e a vontade do legislador	591
• Análise do efeito temporal pelo Poder Judiciário quando há silêncio do legislador em relação à matéria	593
• Partilha do patrimônio na união estável	593
• União concomitantes	597
• Dispensabilidade da coabitação para caracterização da união estável	598
3.3 Sucessão na união estável.....	599
• Controvérsia quanto ao regime sucessório da união estável e a ordem de vocação hereditária	599
• Conversão da união estável em casamento	601
• Inexistência de hierarquia entre as famílias resultantes do casamento ou união estável	604
• Exemplos de tratamento igualitário conferido ao casamento e à união estável	606
• Princípio da igualdade	608
• Inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil	610
3.4 União homoafetiva	615
• Reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça da possibilidade jurídica de ação declaratória de união homoafetiva	615

• Julgamento do Superior Tribunal de Justiça que autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo	615
• Adoção por casal homoafetivo	617
3.5 Separação, divórcio e regime de bens no casamento	617
• Separação judicial devido a insuportabilidade da vida em comum ..	617
• Regime de bens na união estável de sexagenário, se homem, ou quinquentenária, se mulher	617
• Alteração de regime de bens de casamento celebrado sob a égide do Código Civil de 1916	618
• Incomunicabilidade de bens adquiridos após separação de fato por um dos cônjuges	619
• Comunhão das verbas trabalhistas	620
3.6 Filiação e adoção	621
• Tratamento dos filhos adotivos e ilegítimos após a CF/1988.....	621
• Ação negatória de paternidade e a recusa da mãe em submeter o filho ao teste de DNA	622
• Cancelamento da paternidade constante em registro civil em decorrência de reconhecimento de nova paternidade	623
• Paternidade biológica e socioafetiva – Fatores para configuração da ação negatória de paternidade	623
• Coisa julgada em ação de investigação de paternidade e exame de DNA	624
• Inexistência de relação sanguínea entre as partes – irrelevância diante do vínculo socioafetivo	626
• Vínculos socioafetivos	627
• Diferença entre o vínculo biológico e o socioafetivo	627
• “Adoção à brasileira”	627
• Imprescritibilidade da ação negatória de paternidade	629
• Adoção de crianças por requerente que vive em união homoafetiva com companheira que, antes, adotara os mesmos filhos.....	630
3.7 Do poder familiar	632
• Filhas que se encontram na guarda do pai e integradas ao convívio familiar – Efeito prejudicial na modificação da guarda.....	632
• Possibilidade de obtenção da guarda dos netos pelos avós, ainda que os pais estejam vivos	632
• Conflito de competência – Ação de reconhecimento de paternidade socioafetiva – Menor norte-americano	633
4. Os alimentos – Aspectos gerais	634
• Súmula 07/STJ e o valor da pensão alimentícia	634
4.1. Legitimidade ativa e passiva para a ação de alimentos	635
a) Filhos	635
• Filhos menores	635

• Filhos que atingiram a maioria	636
• Solidariedade ativa entre irmãos na execução	636
• Obrigação de ambos os pais – não há isenção em caso de desemprego	637
• Impossibilidade de um dos pais ingerir na forma como outro presta alimentos – Descabimento, em regra, da ação de prestação de contas	638
• Procedência de ação de investigação de paternidade e a condenação aos alimentos, independentemente de pedido expreso	638
b) Cônjuges e companheiros	638
• Ex-cônjuge ou ex-companheiro	639
c) Concubinos (concubinato “impuro”)	641
d) União homoafetiva	641
e) Parentesco (irmãos, avós, netos, colaterais e nora)	642
• Entre colaterais – alimentando idoso	643
• Obrigação avoenga	644
• Tios e sobrinhos	645
• Nora	646
4.2. Atuação do Ministério Público nas ações de alimentos	646
a) Legitimidade do MP para ajuizar ação de alimentos ou execução de alimentos como substituto processual do menor	646
b) Legitimidade do MP para recorrer em ação de alimentos	648
c) Necessidade de participação do MP	648
4.3 A obrigação alimentar	649
a) Pressupostos	649
b) Espécies de alimentos	650
c) Características da verba alimentar	650
• Direito personalíssimo	651
• Intransmissível	651
• Condicional e variável	657
• Recíproca	658
• Alternativa	658
• Irrenunciável e não suscetível de cessão, compensação ou penhora	659
• Irrepetível	660
• Preponderante	661
• Não transacionável	661
• Imprescritível durante o poder familiar	663
• Em regra, a obrigação é não solidária, salvo nos casos previstos no Estatuto do Idoso	663
• Por via de regra, também sem reversão	664
• Alimentos compensatórios	664

d)	Base de cálculo dos alimentos	664
•	Participação nos lucros e resultados.....	664
•	Horas extras	664
•	13.º salário e terço de férias	665
•	Auxílio-acidente, auxílio cesta-alimentação e vale-alimentação	665
•	FGTS e PIS	666
•	Plano de demissão voluntária	666
•	Coeficiente de correção cambial	667
•	Verba de representação	667
•	Base de cálculo quando os alimentos foram arbitrados em valor fixo ou em percentual	668
e)	Modo de pagamento da obrigação alimentar, possibilidade de fixação em salário mínimo e prazo de duração	669
4.4	Execução de alimentos	674
a)	Ritos processuais.....	674
b)	O rito do art. 732 do CPC.....	675
c)	O rito do art. 733 do CPC e a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos.....	676
•	Súmula 309/STJ e pagamento parcial do débito	676
•	Súmula 309/STJ e renovação da prisão.....	677
•	Impossibilidade de suspender o decreto de prisão durante a fase instrutória de impugnação.....	677
•	Diferença entre prisão civil e prisão penal. Prisão domiciliar	678
•	Quando em curso ação de exoneração	679
•	Ausência de prova do pagamento.....	680
•	Descumprimento de acordo e prisão.....	680
•	Impossibilidade de conceder prazo para quitar a dívida após o decreto de prisão	681
•	Possibilidade de execução requerida por apenas um dos credores ...	681
•	Impossibilidade de cobrança de verbas estranhas à pensão alimentícia ou após o julgamento de procedência da revisional	682
•	Execução incabível, fundada em dívida de existência duvidosa ou em dívida acumulada anteriormente à redução dos alimentos.....	683
•	Impossibilidade de execução pelo art. 733 do CPC de ofício	684
•	Impossibilidade de o juiz provocar à parte a seguir o rito do art. 733 do CPC	684
•	Impossibilidade de prisão quando decorre de erro cometido pelo empregador do alimentante	685
•	Impossibilidade da prisão civil por descumprimento de obrigação alimentar em razão de ato ilícito	685
•	Questão controvertida: execução fundada em acordo extrajudicial....	686
•	Impossibilidade de prisão do inventariante	687

d) Questões específicas relativas à execução de alimentos provisórios....	687
• Quando em curso ação de investigação de paternidade.....	687
• Alimentos provisórios – a partir de e até quando são devidos.....	688
• Impossibilidade de suspensão dos alimentos provisórios	689
e) Execução de alimentos modificados por sentença – aumento, redução ou exoneração	690
4.5 Questões processuais controvertidas	691
a) Competência.....	691
b) Ônus da prova.....	693
c) Sucumbência.....	693
d) Alimentos fixados em sentença estrangeira.....	694
5. Responsabilidade civil em direito de família	697
5.1 Indenização por ausência de afeto	697
• Prazo prescricional	698
5.2 Outras hipóteses: fim de noivado, promessa de casamento, ruptura de convivência, indenização para o cônjuge traído	699
6. Bem de família.....	705
• Origem do instituto	705
• Lei 8.009/1990 (dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família)	707
• Impenhorabilidade de imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas	709
• Locação de bem de família – impenhorabilidade da renda, quando destinada à moradia e a subsistência do núcleo familiar – pensão alimentícia como exceção à impenhorabilidade.....	709
7. Súmulas do STJ sobre direito de família	711
Bibliografia	713
Índice	725
Obras do autor	731